Inmetrics S.A. e Controladas

CNPJ: 04.959.158/0001-44

Demonstrações Financeiras exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 *(Em milhares de Reais)*

Balanços patrimoniais

Ativo	Nota	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	41	99	423	1.555
Aplicações financeiras	8	11.259	8.987	11.873	9.751
Contas a receber de clientes	9	7.860	15.390	12.781	16.924
Serviços em andamento	10	7.557	9.192	9.553	10.957
Impostos a recuperar		3.842	1.299	5.309	2.098
Depósitos restituíveis		-	-	1.442	1.057
Despesas antecipadas		1.462	1.700	1.504	1.703
Empréstimos a receber	11	5.000	-	5.000	-
Outras contas a receber		100	3	105	10
		37.121	36.670	47.990	44.055
Não Circulante					
Depósitos judiciais	19	12	11	43	39
Empréstimos a receber	11	4.200	-	3.647	-
Investimento em sociedade em conta de participação		3.000	-	3.000	-
IR e CS diferidos	12	1.555	1.492	1.555	1.492
Outras contas a receber		17	21	68	61
		8.804	1.524	8.313	1.592
Investimento	13	8.434	6.736	-	-
Imobilizado	14	4.455	4.518	4.821	4.832
Intangível		891	880	1.811	1.659
		22.584	13.658	14.945	8.083
Total do Ativo		**59.705**	**50.328**	**62.935**	**52.138**

Passivo	Nota	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Circulante					
Fornecedores		675	1.000	768	1.057
Empréstimos e financiamentos	15	1.497	2.582	1.548	2.589
Obrigações trabalhistas e sociais	16	8.444	7.430	9.544	8.014
Obrigações fiscais		969	971	1.489	1.359
Imposto de renda e contribuição social		-	-	271	40
Faturamento antecipado	17	5.282	5.176	6.123	5.707
Contas a pagar		261	107	185	129
Credores por aquisição de investimentos		-	-	-	11
Dividendos e juros sobre capital próprio		850	2.213	850	2.213
Provisões	18	4.532	4.385	4.933	4.527
		22.510	23.864	25.711	25.646
Não Circulante					
Obrigações fiscais		-	-	29	28
Empréstimos e financiamentos	15	7.190	484	7.190	484
Provisão para contingências	19	43	171	43	171
		7.233	655	7.262	683
Patrimônio líquido					
Capital social	20	22.213	20.000	22.213	20.000
Reserva de lucro	20	6.880	5.631	6.880	5.631
Ajuste de avaliação patrimonial	20	869	178	869	178
		29.962	25.809	29.962	25.809
Total do Passivo		**59.705**	**50.328**	**62.935**	**52.138**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social subscrito	Capital Social a integralizar	Capital social: Saldo capital social	Capital social: Opção de ações	Reserva de lucro: Reserva legal	Reserva de lucro: Reserva estatutária	Ajuste de avaliação: Ajustes acumulados de conversão	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2016	**9.000**	**-**	**9.000**	**-**	**864**	**11.059**	**1.287**	**-**	**22.210**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	6.157	6.157
Ajuste acumulado conversão	-	-	-	-	-	-	(1.109)	-	(1.109)
Emissão de 10.000 ações preferenciais ao valor de R$ 9,00	90	-	90	-	-	-	-	-	90
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	308	-	-	(308)	-
Constituição de reserva estatutária para investimento e capital de giro	-	-	-	-	-	4.310	-	(4.310)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(1.275)	(1.275)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	(264)	(264)
Aumento de capital	10.910	-	10.910	-	(774)	(10.136)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**20.000**	**-**	**20.000**	**-**	**398**	**5.233**	**178**	**-**	**25.809**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	1.968	1.968
Ajuste acumulado conversão	-	-	-	-	-	-	691	-	691
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	98	-	-	(98)	-
Constituição de reserva estatutária para investimento e capital de giro	-	-	-	-	-	1.020	-	(1.020)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(850)	(850)
Outros	-	-	-	-	-	62	-	-	62
Constituição de Stock Options	-	-	-	69	-	-	-	-	69
Aumento de capital	5.423	(3.210)	2.213	-	-	-	-	-	2.213
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**25.423**	**(3.210)**	**22.213**	**69**	**496**	**6.315**	**869**	**-**	**29.962**

1. Informações Gerais. a) Contexto operacional da controladora A **Inmetrics S.A.**, ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo e com filiais na cidade de Barueri/SP e Rio de Janeiro/RJ, tem por objeto social a prestação de serviços de tecnologia da informação, no desenvolvimento e manutenção de *softwares*, equipamentos e produtos relacionados à tecnologia da informação; na prestação de serviços relacionados à área de tecnologia da informação; na importação e exportação de bens, produtos e serviços relacionados a tecnologias relativas à sua atividade; na participação no capital de outras sociedades, no Brasil e no exterior; na elaboração, licenciamento e cessão de direitos de usos de programas de computação; e na consultoria e assessoria em tecnologia da informação. **b) Contexto operacional das controladas. Inmetrics Chile S.p.A.** As operações da Inmetrics Chile S.p.A., com sede na cidade de Santiago, capital do Chile, consistem no desenvolvimento e manutenção de *softwares*, equipamentos e produtos relacionados à tecnologia da informação; na prestação de serviços relacionados à área de tecnologia da informação; na importação e exportação de bens. Produtos e serviços relacionados a tecnologias relativas às suas atividades; na participação no capital de outras sociedades, no Chile e no exterior; e elaboração, licenciamento e cessão de direitos de usos de programas de computação. A Inmetrics Chile S.p.A. é controladora direta da Inmetrics Colômbia S.A.S. **Controlada indireta: Inmetrics Colômbia S.A.S.** As operações da Inmetrics Colômbia S.A.S. iniciaram-se em agosto de 2016, com sede na cidade de Bogotá, capital da Colômbia, consistem no desenvolvimento e manutenção de softwares, equipamentos e produtos relacionados à tecnologia da informação; na prestação de serviços relacionados à área de tecnologia da informação; na importação e exportação de bens, produtos e serviços relacionados a tecnologias relativas às suas atividades; na participação no capital de outras sociedades, na Colômbia e no exterior; e elaboração, licenciamento e cessão de direitos de usos de programas de computação. **c) Transações de mútuo com terceiros e SCP** Em 2017, a Companhia realizou operações de empréstimos para *startups*, empresas jovens, de diferentes segmentos, que por meio da inovação e tecnonologia buscam desenvolver um modelo de negócio repetível e escalável. Abaixo, o detalhamento das empresas: **Adianta Pagamentos Ltda** é uma fintech que gera uma alternativa de capital de giro para micro, pequenas e médias empresas por meio de operação de desconto de recebíveis realizados a partir da inclusão da NF-e na plataforma da empresa, um processo totalmente online e automatizado, capaz de avaliar o crédito rapidamente, permitindo a conclusão do adiantamento em minutos. Investimento realizado em 05/01/2017 por meio do contrato de mútuo conversíveis em ações com prazo de conversão de 5 anos. **ContadorX - Tecnologia de Informação Ltda. - ME ("MEI Fácil"):** a MEI Fácil é uma plataforma de auxílio aos MEIs (figura jurídica do MEI foi introduzida na legislação para incentivar a formalização de categorias profissionais em que se verifica informalidade), onde é possível abrir a sociedade, obter CNPJ, emitir notas e pagar impostos com o auxílio da plataforma. Futuramente, a MEI Fácil pretende ainda facilitar realização de pagamentos, obtenção de crédito, clube de descontos e outras iniciativas que facilitem o desenvolvimento profissional dos MEIs. Investimento realizado em 14/06/2017 por meio do contrato de mútuo conversíveis em ações com prazo de 3 anos. **Easycarro Serviços de Tecnologia Ltda:** a Easy Carros é uma empresa de tecnologia que provê maior eficiência na gestão de propriedade de veículos e de frotas de veículos. A empresa se utiliza de tecnologia de análise para prever os momentos em que determinados veículos ou grupo de veículos precisarão de manutenção. A sua plataforma online que conecta, de um lado, pessoas físicas e jurídicas que sejam proprietários de veículos ou administradores de frotas de veículos com, de outro lado, profissionais que realizam serviços automotivos das mais diferentes espécies - desde uma simples lavagem até manutenção completa. Investimento realizado em 25 de setembro de 2017 por meio do contrato de mútuo conversíveis em ações com prazo de 2 anos. **Gupy Tecnologia em Recrutamento Ltda:** a Gupy oferece uma plataforma de recrutamento e seleção. Utilizando-se de análise preditiva e machine learning, a Gupy oferece um sistema que permite aos seus clientes estruturar processos de recrutamento, interagir com candidatos e automatizar as contratações. Investimento realizado em 12/12/2017 por meio do contrato de mútuo conversíveis em ações com prazo de 2 anos. **YVN Participações S.A. SCP** tem por objetivo a associação entre as Partes para Investimento na Neon Pagamentos S.A visando a negociação e a aquisição de participações acionárias até o limite de 14.90%. Tem como sua sócia ostensiva a YVN Participações S.A. Investimento realizado em 16/10/2017. **Neon Pagamentos S.A.** é uma fintech que tem por objetivo proporcionar serviços financeiros, bancários, totalmente digital, tendo a tecnologia como um diferencial para a simplificação da oferta e atração principalmente do público mais jovem. Investimento realizado em 16/10/2017 por meio do contrato de mútuo conversíveis em ações datada para janeiro de 2018. **d) Aumento do Capital Social** Em 30/04/2017 houve o aumento do capital social sem a emissão de novas ações no montante de R$ 2.213 por meio da utilização do saldo de R$ 1.275 referente a Juros sobre Capital Próprio a pagar e R$ 938 referente a dividendos a pagar. Tal medida foi adotada, de forma a reinterar a posição da Companhia em reinvestir nela ao invés de retirar dividendos. Em 31 de maio foram outorgadas 18.759 novas ações ao Plano de *Stock Options*. Os profissionais escolhidos para participar do programa de *Stock Option* foram escolhidos por meio de um processo rigoroso de avaliação de performance e competências técnicas e comportamentais. O valor da ação é de R$ 43,24 com período de vesting de até 8 anos da data da assinatura do contrato, respeitando a carência de 1 ano e demais condições previstas nos respectivos Contratos de Opção e no Plano. Em 27/12/2017 houve o aumento de R$ 3.210 mediante a emissões de 320.963 novas ações preferenciais nominativas, ainda não integralizadas, totalizando R$ 25.443 de capital social. A emissão destas novas ações preferenciais visam a retenção e bonificação dos atuais sócios e executivos da Companhia, posto que o pagamento das ações será realizado ao longo de 5 anos mediante o recebimento de bônus por atingimento das metas da Companhia. **2. Base de Preparação. Declaração de conformidade** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 27/04/2018. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia e suas controladas estão apresentadas na nota explicativa 6. **3. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação** A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real (BRL), em linha com definição de anos anteriores, uma vez que o ambiente econômico em que opera é aquele em que ela fundamentalmente gera e desembolsa caixa, e o real também é a moeda que mais influencia os preços de bens e serviços e na qual são obtidos os recursos das atividades de financiamento. Transações em moeda diferente da funcional são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moeda diferente da funcional são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda diferente da funcional são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, sendo os ganhos e perdas reconhecido no patrimônio líquido na rubrica denominada Ajuste acumulado de conversão. **Inmetrics Chile S.p.A.** As demonstrações financeiras da controlada Inmetrics Chile S.p.A. são apresentadas em Real (BRL), que é a moeda funcional da Companhia. **4. Uso de estimativas e julgamentos** A preparação das demonstrações financeiras de acordo às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa n° 12 - imposto de renda e contribuição social diferidos; • Nota explicativa nº 13 - análise da recuperabilidade do Ágio; • Nota explicativa n° 18 - provisões; • Nota explicativa n° 19 - provisão para contingências. **5. Base de mensuração** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **6. Principais práticas contábeis** As políticas contábeis descritas em detalhe abaixo têm sido aplicadas pela Companhia e suas controladas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **a. Base de Consolidação. (i) Controladas** As demonstrações financeiras da controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis da controlada estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Descrição	% de participação 2017	% de participação 2016
Inmetrics Chile S.p.A.	100%	100%
Controlada indireta:		
Inmetrics Colômbia S.A.S.	100%	100%

(ii) Transações eliminadas na consolidação Saldos e transações entre Companhias e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações *intercompany* são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com as investidas, registrados por equivalência patrimonial, são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia e suas controladas na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **b. Moeda estrangeira** *(i) Transações em moeda estrangeira* Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. *(ii) Operações no exterior* Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações. As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores. Quando uma operação no exterior (controlada, coligada ou entidade controlada em conjunto) é alienada, o valor acumulado em conta de ajuste de avaliação patrimonial é reclassificado para o resultado como parte do resultado na alienação. Quando a alienação é de apenas uma parte do investimento de uma controlada que inclua uma operação no exterior, de forma que o controle seja mantido, a parcela correspondente de tal valor acumulado é reatribuída à participação dos acionistas não controladores. Em quaisquer outras alienações parciais de operação no exterior, a parcela correspondente à alienação é reclassificada para o resultado. **c. Receita Operacional** A Companhia e suas controladas estão envolvidas na prestação de serviços de tecnologia da informação e na realização de serviços relacionados. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita com a prestação de serviços com base no estágio de conclusão do serviço. O estágio de conclusão é avaliado ***à medida que o serviço é executado***. **d. Receitas Financeiras e Despesas Financeiras** As receitas financeiras abrangem principalmente os rendimentos das aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem despesas com empréstimos, imposto sobre operações financeiras, juros e multas pagos por atraso e despesas bancárias, conforme demonstrado no resultado financeiro. **e. Benefícios a Empregados. *Benefícios de curto prazo a empregados*** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **f. IR e CS. IR e CS correntes** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a combinação de negócios ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. **Imposto de renda e contribuição social diferidos** O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: no reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade e tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e em diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. Além disso, o imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam ao imposto de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. Os créditos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais e bases de cálculos negativas de contribuição social sobre o lucro de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis, foram reconhecidos em função do atual histórico de rentabilidade, bem como da expectativa de geração de lucros futuros que irão absorver tais créditos. **g. Imobilizado. Reconhecimento e mensuração** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela Companhia e suas controladas inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. **Custos subsequentes** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas. **Depreciação** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o mais próximo que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A Companhia e suas controladas revisaram a vida útil econômica dos ativos imobilizados, tendo como base laudo de avaliadores internos, o que resultou nas taxas de depreciação apresentadas na nota explicativa n°14. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **h. Instrumentos Financeiros.** (i) ***Ativos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento*** A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia e suas controladas tenham o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia e suas controladas tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e caixa e equivalentes de caixa. ***Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado*** Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. ***Empréstimos e recebíveis*** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes, outros contas a receber e empréstimos "mútuos" a receber de terceiros e partes relacionadas e Investimento em sociedade em conta de participação. ***Caixa e equivalentes de caixa*** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras de liquidez imediata, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. (ii) ***Passivos financeiros não derivativos - mensuração*** A Companhia e suas controladas reconhecem todos os passivos financeiros inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. Os passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. A Companhia e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar. (iii) ***Capital social*** Ações nominativas são classificadas como patrimônio líquido. Os lucros apurados serão destinados, conforme deliberação dos acionistas. (iv) ***Instrumentos financeiros derivativos*** A Companhia e suas controladas não contrataram operações de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **i. Redução ao valor recuperável de ativos ("*impairment*"). *(i) Ativos financeiros não derivativos*** Ativos financeiros não classificados como ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de *impairment*. A evidência objetiva de que os ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • inadimplência ou atrasos do devedor; • reestruturação de um valor devido à Companhia e suas controladas em condições que a Companhia e suas controladas não considerariam em condições normais; • indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou • dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. *Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado* A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto a perda por redução ao valor recuperável. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto a perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração sobre as condições econômicas e de crédito atuais, são tais, que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva, original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos por meio da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. ***(ii) Ativos não financeiros*** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não seja o imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **j. Provisões** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e suas controladas tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa, antes de impostos, que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. **k. Arrendamento Mercantil** A Companhia e suas controladas possuem contratos de arrendamento mercantil financeiro, cujos itens são imobilizados, e os pagamentos mensais da prestação do arrendamento mercantil não são reconhecidos como despesa durante o prazo do arrendamento mercantil. Considera-se a depreciação do ativo como despesa, com o decorrer da vida útil do ativo. **(i)** *Pagamentos de arrendamentos* Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante do ativo fixo. **(ii)** *Determinando se um contrato contém um arrendamento* No começo de um contrato a Companhia e suas controladas definem se o contrato é ou contém um arrendamento. Isso é o caso se as duas condições abaixo são atendidas: • Cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado; e • O contrato contém direito de utilização do ativo. A Companhia e suas controladas separam, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos, imobilizando o valor devido. **l. Novas normas e interpretações ainda não adotadas** Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Companhia e suas controladas não adotaram essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada. (i) ***CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros*** O CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 / IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. Com base na sua avaliação, a Companhia e suas controladas não identificaram impactos significativos sobre os novos requerimentos de classificação na contabilização de contas a receber e empréstimos que são mensurados a valor justo. A IFRS 9 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 / IAS 39 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: • Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e • Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A Companhia e suas controladas acreditam que as perdas por redução ao valor recuperável (impairment) deverão se manter nos níveis atuais, pois a Companhia e suas controladas tem uma carteira de grandes clientes com um bom rating de crédito e liquidez no mercado, além de historicamente não termos ocorrência de perda em créditos de contas a receber. A Companhia e suas controladas não adotaram antecipadamente essa norma. A Administração da Companhia e suas controladas avaliaram a norma e seus impactos e entende que a aplicação deste pronunciamento não irá gerar impacto significativo nas suas demonstrações financeiras, sejam elas no resultado do exercício, bem como em seu patrimônio líquido. (ii) ***CPC 47 / IFRS 15 - Receita de contrato com clientes*** O CPC 47 / IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. O CPC 47 / IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, entre outras. O CPC 47 / IFRS 15 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bem ou serviços para um cliente. As 5 etapas são: 1) identificar os contratos com o cliente; 2) identificar as obrigações de desempenho do contrato; 3) determinar o preço da transação; 4) alocar o preço da transação para as obrigações de desempenho do contrato; e 5) reconhecer a receita quando (ou na medida que) a entidade satisfaz as obrigações de desempenho. O CPC 47 / IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 01/01/2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. Até o momento, com base em sua avaliação, a Companhia e suas controladas não identificaram impactos significativos em comparação com as atuais normas de receitas (CPC 30 / IAS 18) em relação ao reconhecimento da receita. A Companhia e suas controladas não adotaram antecipadamente essa norma. A Administração da Companhia e suas controladas avaliaram a norma e seus impactos e entende que a aplicação deste pronunciamento não irá gerar impacto significativo nas suas demonstrações financeiras, sejam elas no resultado do exercício, bem como em seu patrimônio líquido. (iii) ***CPC 06 (R2) / IFRS 16 Leases (Arrendamentos)*** O CPC 06 (R2) / IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 01/01/2019. A Companhia e suas controladas pretendem aplicar a o CPC 06 (R2) / IFRS 16 inicialmente, usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 será reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 01/01/2019, sem atualização das informações comparativas. A Companhia e suas controladas não são obrigadas a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento. (iv) ***Outras alterações*** As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas: • Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28; • Transferências de Propriedade de Investimento (Alterações ao CPC 28 / IAS 40); • ICPC 21 / IFRIC 22 - Transações em moeda estrangeira e adiantamento; • IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **7. Caixa e Equivalentes de Caixa**

Demonstrações de resultados

	Nota	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Receita operacional líquida	22	112.332	86.644	129.912	103.643
Custo dos serviços prestados	23	(88.479)	(62.498)	(101.494)	(66.011)
Lucro bruto		23.853	24.146	28.418	37.632
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	24	(21.468)	(17.788)	(24.150)	(29.281)
Equivalência patrimonial	12	946	1.308	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais		(120)	4	(120)	1
Resultado antes do resulta do financeiro líquido		3.211	7.670	4.148	8.352
Receitas financeiras	25	924	1.341	976	1.358
Despesas financeiras	25	(1.240)	(579)	(1.273)	(818)
Resultado financeiro líquido		(316)	762	(297)	540
Resultado antes dos impostos		2.895	8.432	3.851	8.892
IR e CS - correntes	12	(990)	(2.729)	(1.946)	(3.195)
IR e CS - diferidos	12	63	454	63	460
Lucro líquido do exercício		**1.968**	**6.157**	**1.968**	**6.157**

Demonstrações de resultados abrangentes

	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Lucro líquido do exercício	1.968	6.157	1.968	6.157
Ajustes acumulados de conversão	691	(1.109)	691	(1.109)
Resultado abrangente do exercício	**2.659**	**5.048**	**2.659**	**5.048**

Descrição	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Bancos no Brasil	41	99	41	99
Bancos no exterior	-	-	382	1.456
	41	99	423	1.555

No Brasil, os valores estão depositados em conta corrente de Instituições financeiras consideradas pela Administração como sendo de primeira linha: Banco Itaú e Banco Santander. Já no exterior, os valores estão depositados em conta corrente no Banco Itaú no Chile e na Colômbia trabalha-se com o Banco Davivienda. A análise da exposição da Companhia e suas controladas e riscos de crédito estão demonstrados na nota explicativa n° 26. **8. Aplicações Financeiras**

Descrição	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Banco Itaú - Brasil (a)	13	237	13	237
Banco Itaú - Chile (b)	-	-	614	764
Banco Santander - Brasil (c)	11.246	8.750	11.246	8.750
	11.259	8.987	11.873	9.751

(a) Refere-se a aplicações, em moeda real, mantidas em Certificado de Depósito Bancário - CDB remuneradas à taxas de 99,4% da taxa de juros do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. (b) Refere-se a aplicações da controlada Inmetrics Chile, em moeda peso chileno, mantidas em fundos de investimentos valorizados na data de encerramento das demonstrações financeiras. (C) Refere-se a aplicações da Companhia na Instituição Financeira Santander Fundo de Investimento em Cotas de Fundos De Investimento Corporate Renda Fixa Referenciado DI, Administrado por Banco Santander (Brasil) S.A. e gerido por Santander Brasil Gestão de Recursos LTDA. Possui Risco Classificado como 2 em uma escala de 1 a 5, onde 1 representa menor risco e 5 representa maior risco. No ano de 2017 este fundo obteve um rendimento de 10,10% líquido de impostos. A análise da exposição da Companhia e controladas e riscos de crédito estão demonstrados na nota explicativa n° 26. **9. Contas a Receber de Clientes**

Descrição	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Clientes no Brasil	7.860	15.350	7.860	15.351
Clientes no exterior	-	40	4.921	1.573
	7.860	15.390	12.781	16.924

A seguir apresentamos os montantes a receber líquidos por idade de vencimento (aging list) da controladora, em 31/12/2017 e 2016:

Descrição	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
A vencer	7.816	14.924	12.514	16.458
Vencidos até 30 dias	42	320	48	320
-Vencidos de 31 a 60 dias	-	48	217	48
Vencidos de 61 a 90 dias	2	28	2	28
Vencidos de 91 a 120 dias	-	16	-	16
Vencidos com mais de 121 dias	-	54	-	54
Total	7.860	15.390	12.781	16.924

Pela análise da Administração, não há provisão para créditos de liquidação duvidosa. A análise da exposição da Companhia e controladas e riscos de crédito estão demonstrados na nota explicativa n° 26. **10. Serviços em andamento**

Descrição	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Até 30 dias	5.041	7.439	7.036	9.204
Entre 30 e 60 dias	2.392	1.348	2.392	1.348
Entre 61 e 90 dias	165	547	165	547
Entre 91 e 180 dias	75	47	75	47
Reconhecidos a mais180 dias	82	19	82	19
Serviços em Andamento Bruto	7.755	9.400	9.750	11.165
(-) ISS	(198)	(208)	(198)	(208)
Serviços em Andamento Líquido	7.557	9.192	9.553	10.957

O prazo médio de faturamento desses serviços é em torno de 30 a 60 dias e, em 31/12/2017, todos possuíam contratos vigentes. **11. Empréstimos a receber e investimento em sociedade em conta de participação. Empréstimos a receber:**

Descrição	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Neon (a)	5.000	-	5.000	-
Adianta (a)	1.185	-	1.185	-
Easy Carros LLC (a)	1.190	-	1.190	-
Gupy (a)	672	-	672	-
Contadorx (a)	600	-	600	-
Inmetrics Chile S.p.A. (b) (nota 21)	573	-	-	-
Total de Empréstimos	9.220	-	8.647	-
Circulante	5.000	-	5.000	-
Não circulante	4.220	-	3.647	-
	9.220	-	8.647	-

Investimento em sociedade em conta de participação:

Descrição	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
YVN Participações S.A. SCP (c)	3.000	-	3.000	-
Total de Empréstimos	3.000	-	3.000	-
Circulante	-	-	-	-
Não circulante	3.000	-	3.000	-
	3.000	-	3.000	-

Adicional ao investimento na Inmetrics Chile, em 2017 a Companhia realizou operações de investimentos em "startups", empresas jovens, de diferentes segmentos, que por meio da inovação e tecnonologia buscam desenvolver um modelo de negócio repetível e escalável. À exceção da Inmetrics Chile que é uma controlada da Inmetrics. Para estes investimento foi escolhido a realização de contratos de mútuo conversíveis em ações para garantir que não exista um acréscimo de risco além do valor do contrato, visto que essas entidades são jovens, recém criadas, com alto potencial de crescimento mas com um alto grau de incerteza. Para todas estas operações de mútuos foram realizadas, sem garantias, com atualização monetária indexada a inflação mais percentual de juros ou indexada a taxa SELIC. Para todas as operações foram recolhidos os respectivos IOF. (a) Foram celebrados contratos de mútuo conversíveis em ações das referidas entidades. Ao término do vencimento a Companhia tem a opção de receber o valor emprestado atualizado ou receber uma quantidade de ações pre definidas. (b) No mês de dezembro de 2017 a Inmetrics Chile solicitou recursos financeiros à Companhia para poder honrar com seus compromissos junto a fornecedores, gerando o mútuo apresentado. (c) A Companhia participa como sócia participante na Referida SCP – Sociedade em Conta de Participação. **12. Imposto de Renda e Contribuição Social** A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e das despesas de imposto de renda e contribuição social debitadas em resultado dos exercícios é demonstrada como segue:

	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Lucro contábil antes do IR e da CSLL	2.895	8.432	3.851	8.892
Imposto de renda e contribuição social (34%)	(984)	(2.867)	(1.310)	(3.023)
Outros ajustes	57	592	(573)	288
IR e contribuição social sobre o lucro	(927)	(2.275)	(1.883)	(2.735)
Correntes	(990)	(2.729)	(1.946)	(3.195)
Diferidos	63	454	63	460
Alíquota efetiva	35%	27%	51%	31%

O IR e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem portanto sofrer alterações. O IR e a CS diferidos têm a seguinte origem:

Descrição	Controladora e consolidado 2017	Controladora e consolidado 2016
Provisão para contingências	43	171
Provisão para participação no resultado	3.540	2.826
Provisão para pagamento de comissões	302	721
Outras provisões	689	837
Amortização fiscal do ágio	-	(167)
Total - Base de cálculo	4.574	4.388
Imposto de renda diferido (25%)	1.144	1.097
Contribuição social diferido (9%)	411	395
	1.555	1.492

Movimentação do exercício	Controladora e consolidado 2017	Controladora e consolidado 2016
(a) = Saldo inicial	1.492	1.035
Reflexo no resultado do exercício		
Adições pelas diferenças temporárias	1.542	1.154
Baixas por realização / reversão das diferenças temporárias	(1.492)	(694)
(b) = Despesa (receita) com imposto de renda diferido	63	460
(c = a - b) = Saldo final	1. 555	1.492

Em 31/12/2017 e 2016, a Companhia e suas controladas não possuíam prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social a compensar. **13. Investimentos**

Descrição	Controladora 2017	Controladora 2016
Inmetrics Chile S.A.	7.541	5.842
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	893	893
	8.434	6.736

Controladas O investimento na Inmetrics Chile S.p.A., corresponde à participação de 100% no capital social, no montante de 100 ações. Já o investimento na Inmetrics Colômbia S.A.S. corresponde à participação de 100% da Inmetrics Chile S.p.A.. Desse modo, a Companhia exerce controle indireto da Inmetrics Colômbia S.A.S. **Ágio por expectativa de rentabilidade futura** O ágio por expectativa de rentabilidade futura, corresponde à aquisição da empresa Solvix Consultoria, Pesquisa e Desenvolvimento em Ciências Físicas, Naturais e Tecnologia Ltda. em 15/01/2014 e incorporada em 28/02/2014. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia realizou os testes de recuperabilidade do saldo do ágio. O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de desconto. As premissas sobre projeções de crescimento dos fluxos de caixa futuros são baseados no plano de negócio da Companhia, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da administração acerca das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das Unidades Geradoras de Caixas (UGCs), as quais os ágios estão relacionados. No balanço patrimonial consolidado, o ágio está demonstrado na rúbrica do "Intangível" e sujeito ao teste anual de "*impairment*", conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. **Movimentação do investimento**

Descrição	2017	2016
Inmetrics Chile S.p.A.		
Saldo inicial	5.842	8.240
Distribuição de Dividendos em junho de 2016	-	(2.515)
Resultado da equivalência patrimonial	946	1.308
Outros ajutes	62	(82)
Variação cambial e outros ajustes na conversão do investimento da controlada no exterior	691	(1.109)
Saldo final	7.541	5.842

Informações contábeis das controladas

Inmetrics Chile S.p.A.

Descrição	2017	2016
Total do ativo	11.023	7.653
Total do passivo	3.482	1.811
Patrimônio líquido	7.541	5.842
Lucro líquido do exercício	1.008	1.226
Percentual de participação	100,00%	100,00%

Inmetrics Colômbia S.A.S. (controlada indireta por meio da INMETRICS Chile S.p.A.)

Descrição	2017	2016
Total do ativo	1.114	616
Total do passivo	391	156
Patrimônio líquido	723	460
Lucro líquido do exercício	496	312
Percentual de participação	100,00%	100,00%

14. Imobilizado Os detalhes do ativo imobilizado da Companhia e suas controladas estão demonstrados nos quadros abaixo:

Controladora: Itens	Taxa de depreciação % a.a.	2017 Custo	2017 Depreciação acumulada	2017 Líquido	2016 Líquido
Equipamentos de informática	20	3.823	(1.525)	2.297	2.147
Móveis e utensílios	10	993	(355)	638	609
Benfeitorias - imóvel	20	2.308	(789)	1.520	1.762
		7.124	(2.669)	4.455	4.518

Consolidado: Itens	Taxa de depreciação % a.a.	2017 Custo	2017 Depreciação acumulada	2017 Líquido	2016 Líquido
Equipamentos de informática	20	4.223	(1.672)	2.551	2.371
Móveis e utensílios	10	1.158	(409)	750	698
Benfeitorias - imóvel	20	2.308	(789)	1.520	1.762
		7.690	(2.869)	4.821	4.832

Controladora

Custo	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Benfeitorias - imóvel	Total
Saldo em 31/12/2016	3.670	861	2.096	6.628
Adições	838	125	219	1.181
Transferência	-	7	(7)	-
Baixa	(685)	-	-	(685)
Saldo em 31/12/2017	3.823	993	2.308	7.124
Depreciação				
Saldo em 31/12/2016	(1.523)	(252)	(334)	(2.109)
Depreciação no exercício	(683)	(97)	(461)	(1.241)
Transferências	-	(6)	6	-
Baixa	681	-	-	681
Saldo em 31/12/2017	(1.525)	(355)	(789)	(2.669)
Saldo líquido				
Saldo em 31/12/2016	**2.147**	**609**	**1.762**	**4.518**
Saldo em 31/12/2017	**2.298**	**638**	**1.519**	**4.455**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	**1.968**	**6.157**	**1.968**	**6.157**
Ajustes por: Depreciação e amortização	1.788	1.268	1.866	1.390
Juros sobre empréstimos	1.254	80	1.254	80
Equivalência patrimonial	(946)	(1.308)	-	-
IR e CS diferidos	(63)	(454)	(63)	(460)
IR e CS correntes	990	2.729	1.946	3.195
Provisão para contingências	(128)	39	(128)	39
Provisões	147	1.303	406	1.202
Pagamento baseado em ações	69	-	69	-
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixado	3	-	8	-
	5.082	9.814	7.326	11.603
(Aumento) redução nos ativos				
Contas a receber de clientes	7.530	(6.724)	4.143	(6.711)
Serviços em andamento	1.635	(3.639)	1.404	(4.525)
Impostos a recuperar	(2.543)	(958)	(3.212)	(1.703)
Outras contas a receber	(844)	(2.543)	(1.311)	(3.847)
Depósitos judiciais	(1)	-	(4)	(22)
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	(325)	(171)	(289)	(285)
Obrigações trabalhistas e sociais	1.014	3.823	1.530	3.880
Obrigações fiscais	(2)	(214)	131	148
Faturamento antecipado	106	3.738	416	4.199
Outras contas a pagar	154	(82)	117	(191)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	11.806	3.043	10.252	2.546
Juros pagos	(2.186)	(187)	(2.186)	(187)
IR e CS pagos	-	(387)	-	(387)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**9.620**	**2.469**	**8.066**	**1.972**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aplicações financeiras	(2.272)	(2.343)	(2.122)	(487)
Incorporação de investimentos	-	2.267	-	-
Dividendos recebidos	-	2.515	-	-
Investimento em sociedade em conta de participação	3.000			
Empréstimos para partes relacionadas	(9.220)	-	(11.647)	-
Aquisição de ativo imobilizado	(1.181)	(2.630)	(1.282)	(2.637)
Aquisição de ativo intangível	(558)	(842)	(733)	(787)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(16.231)**	**(1.033)**	**(15.784)**	**(3.911)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos captados	11.005	1.792	11.049	1.799
Pagamento de empréstimos	(4.452)	(1.687)	(4.452)	(1.687)
Credores por aquisição de investimentos	-	(1.646)	(11)	(1.020)
Partes relacionadas	-	(40)	-	83
Aumento de capital	-	90	-	90
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	**6.553**	**(1.491)**	**6.586**	**(735)**
Redução do caixa e equivalentes de caixa	**(58)**	**(55)**	**(1.132)**	**(2.674)**
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	99	154	1.555	4.229
No fim do exercício	41	99	423	1.555
Redução do caixa e equivalentes de caixa	**(58)**	**(55)**	**(1.132)**	**(2.674)**

Controladora

Custo	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Benfeitorias - imóvel	Total
Saldo em 31/12/2015	1.950	721	1.325	3.996
Adições	1.612	211	771	2.594
Transferência	-	38	-	38
Baixa	107	(107)	-	-
Saldo em 31/12/2016	3.670	861	2.096	6.628
Depreciação				
Saldo em 31/12/2015	(898)	(204)	(19)	(1.121)
Depreciação no exercício	(524)	(149)	(316)	(989)
Baixa	(101)	101	-	-
Saldo em 31/12/2016	(1.523)	(252)	(334)	(2.109)
Saldo líquido				
Saldo em 31/12/2015	**1.052**	**517**	**1.307**	**2.876**
Saldo em 31/12/2016	**2.147**	**609**	**1.762**	**4.518**

Consolidado

Custo	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Benfeitorias - imóvel	Total
Saldo em 31/12/2016	4.011	990	2.096	7.098
Adições	902	161	219	1.282
Incorporação	-	7	(7)	-
Baixa	(690)	-	-	(690)
Saldo em 31/12/2017	4.223	1.158	2.308	7.690
Depreciação				
Saldo em 31/12/2016	(1.640)	(292)	(334)	(2.266)
Depreciação no exercício	(714)	(110)	(461)	(1.285)
Transferências	-	(6)	6	-
Baixa	683	-	-	683
Saldo em 31/12/2017	(1.672)	(409)	(789)	(2.869)
Saldo líquido				
Saldo em 31/12/2016	**2.371**	**698**	**1.762**	**4.832**
Saldo em 31/12/2017	**2.551**	**750**	**1.519**	**4.821**

Consolidado

Custo	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Benfeitorias - imóvel	Total
Saldo em 31/12/2015	2.240	895	1.326	4.461
Adições	1.664	166	771	2.601
Incorporação	-	36	-	36
Transferência	107	(107)		
Saldo em 31/12/2016	4.011	990	2.097	7.098
Depreciação				
Saldo em 31/12/2015	(960)	(235)	(20)	(1.215)
Depreciação no exercício	(579)	(158)	(315)	(1.052)
Transferências	(101)	101		
Saldo em 31/12/2016	(1.640)	(292)	(335)	(2.267)
Saldo líquido				
Saldo em 31/12/2015	**1.280**	**659**	**1.307**	**3.246**
Saldo em 31/12/2016	**2.371**	**698**	**1.762**	**4.832**

15. Empréstimos e Financiamentos

Descrição	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
BNDES (a)	5.715	1.287	5.715	1.287
BNDES PROGEREN (b)	4.510	1.144	4.510	1.144
Financiamentos (c)	347	856	398	863
(-) Juros a serem apropriados	(1.885)	(221)	(1.885)	(221)
	8.687	3.066	8.738	3.073
Passivo circulante	1.497	2.582	1.548	2.589
Passivo não circulante	7.190	484	7.190	484

a) BNDES Em 25/05/2017 foi pactuado junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), contrato de financiamento no valor de R$ 13.000, disponibilizado em tranches à Companhia, até 31 de dezembro de 2017 o valor recebido foi de R$ 4.550, para investimentos em infraestrutura, treinamento e qualidade, pesquisa e desenvolvimento, marketing e comercialização, entre outros, no âmbito do Programa BNDES para desenvolvimento da Indústria Nacional de Software de Tecnologia da Informação - BNDES PROSOFT. Como garantia do contrato firmado, foram prestados aval dos sócios da Inmetrics S.A.. A Companhia tem 18 meses para utilizar o crédito disponibilizado. Os encargos financeiros são de 2,96% + TJLP (Taxa de juros de longo prazo) sobre o valor principal da dívida, e os pagamentos são mensais. O saldo do valor principal do financiamento está sendo pago num total de 48 (quarenta e oito) parcelas mensais e sucessivas. Os pagamentos terão início em janeiro de 2019 e o término será em dezembro de 2022. O Contrato firmado possui cláusulas que estabelece o atendimento a determinadas disposições aplicáveis aos contratos do BNDES. Abaixo relatamos as mais significativas: i. Não constituir, direta ou indiretamente, ou adquirir participação superior a 20% do seu Patrimônio Líquido apurado no término do exercício social anterior, de empresas no país ou no exterior, sem a prévia autorização do BNDES; ii. Não alterar o tipo jurídico de Sociedade Anônima, durante a vigência do contrato; iii. Sem prévia autorização não conceder empréstimos superior a 5% do seu ativo total. Apurado no término do exercício social anterior, de forma direta ou indireta, incluindo a subscrição de debentures, a pessoas físicas ou pessoas jurídicas, integrantes do mesmo grupo ou não, com juros mínimos de 6 pontos percentuais ao desse contrato. iv. Limitar pagamentos aos sócios, a título de dividendos, juros sobre o capital próprio e participações nos resultados, em cada exercício, a um percentual do lucro líquido do exercício, conforme a seguir: 1. Caso a relação patrimônio líquido/ativo total, apurada ao final de cada exercício social, com base nos demonstrativos anuais auditados, seja igual ou superior a 0,70, não haverá limitação à distribuição de pagamentos a sócios ou acionistas e administradores. 2. Caso a relação patrimônio líquido/ativo total, apurada ao final de cada exercício social, com base nos demonstrativos anuais auditados, esteja entre 0,40 e 0,70, a distribuição de pagamentos a sócios ou acionistas e administradores ficará limitada a 50% do lucro líquido do exercício. 3. Caso a relação patrimônio líquido/ativo total, apurada ao final de cada exercício social, com base nos demonstrativos anuais auditados, seja igual ou inferior a 0,40, a distribuição de pagamentos a sócios ou acionistas e administradores, ficará limitada a 25% do lucro líquido do exercício. No ano de 2017 os "covenants" foram cumpridos em sua totalidade. **b) BNDES - PROGEREN** Em 02/09/2016 foi pactuado junto ao Itaú Unibanco S.A. uma cédula de crédito bancário com origem o repasse do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME), no âmbito do Programa BNDES de Apoio ao Fortalecimento da Capacidade de Geração de Emprego e Renda (BNDES - PROGEREN). O contrato de financiamento no valor de R$ 1.000.000,00, disponibilizado em tranches à Companhia para investimentos em infraestrutura, treinamento e qualidade, pesquisa e desenvolvimento, marketing e comercialização, entre outros, no âmbito do Programa BNDES - PROGEREN. Como garantia do contrato firmado, foram prestados aval dos sócios da Inmetrics S.A. Os encargos financeiros são de 4,30% + TJLP (Taxa de juros de longo prazo) ao ano sobre metade do do valor aportado, sobre a outra parte incide-se 4,66% ao ano acima da variação acumulada das taxa médias diárias dos financiamentos apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (taxa SELIC). Os pagamentos são mensais acrescidos dos juros. O Contrato firmado possui cláusulas que estabelece o atendimento a determinadas disposições aplicáveis aos contratos do BNDES. Abaixo, relatamos as mais significativas: (a) Permitir livre acesso ao BNDES aos registros contábeis; (b) Manter em registro separado todas as operações do uso do crédito. Em 25/04/2017 foi pactuado junto ao Itaú Unibanco S.A. uma cédula de crédito bancário com origem o repasse do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME), no âmbito do Programa BNDES de Apoio ao Fortalecimento da Capacidade de Geração de Emprego e Renda (BNDES - PROGEREN). O contrato de financiamento no valor de R$ 4.000, disponibilizado em tranches à Companhia para investimentos em infraestrutura, treinamento e qualidade, pesquisa e desenvolvimento, marketing e comercialização, entre outros, no âmbito do Programa BNDES - PROGEREN. Como garantia do contrato firmado, foram prestados aval dos sócios da Inmetrics S.A. Os encargos financeiros são de 4,50% + TJLP (Taxa de juros de longo prazo) ao ano. Os pagamentos são mensais acrescidos dos juros. O Contrato firmado possui cláusulas que estabelece o atendimento a determinadas disposições aplicáveis aos contratos do BNDES. Abaixo, relatamos as mais significativas: (a) Permitir livre acesso ao BNDES aos registros contábeis; (c) Manter em registro separado todas as operações do uso do crédito. **c) Financiamentos** Os financiamentos são compostos por 9 contratos divididos entre 2 instituições financeiras. Todos os contratos estão atrelados a aquisição de computadores e equipamentos de informática e possuem taxa de juros pré-fixadas em Reais. No ano de 2017 adquirimos R$ 1.181 em equipamentos, os quais são utilizados como garantia real, previsto em contrato. **d) Garantia** O BNDES Prosoft e o BNDES PROGEREN possuem garantia pessoal (Aval). Os demais financiamentos possuem garantia real, os próprios equipamentos adquiridos. **e) Parcelas a amortizar em longo prazo** A evolução dos empréstimos e financiamentos de longo prazo, por ano de vencimento, é a seguinte:

Descrição	2017
2019	2.267
2020	2.204
2021	1.582
2022	1.136
	7.190

Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

Controladora:	2017	2016
Saldo inicial	3.066	3.068
Captação	11.005	1.792
Pagamento de principal	(4.452)	(1.687)
Pagamento de juros	(2.186)	(187)
Juros	1.254	80
Saldo final	8.687	3.066

Consolidado:	2017	2016
Saldo inicial	3.073	3.068
Captação	11.049	1.799
Pagamento de principal	(4.452)	(1.687)
Pagamento de juros	(2.186)	(187)
Juros	1.254	80
Saldo final	8.738	3.073

16. Obrigações Sociais e Trabalhistas As obrigações sociais e trabalhistas estão compostas da seguinte forma:

Descrição	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Provisão de férias	5.684	4.787	6.224	4.787
Encargos sociais	1.751	1.877	2.281	2.461
Outras	1.009	766	1.039	766
	8.444	7.430	9.544	8.014

17. Faturamento antecipado Corresponde aos valores cujos os clientes solicitam o faturamento sem que a Companhia tenha de fato prestado o serviço. Desta forma, serão prestados e reconhecidos como receitas do exercício subsequente. Em 31/12/2017 a Companhia apresentou o montante de R$ 5.282 líquido de impostos (R$ 5.176 em 31/12/2016) e R$ 6.123 líquido de impostos (R$ 5.707 em 31/12/2016) na controladora e consolidado, respectivamente. **18. Provisões**

Descrição	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Fornecedores (a)	167	151	167	151
Remunerações (b)	-	300	-	300
PLR/Bônus (c)	3.540	2.826	3.832	2.910
Banco de Horas (d)	521	387	521	387
Comissões (e)	302	721	413	779
	4.532	4.385	4.933	4.527

(a) Fornecedores Refere-se à obrigações que foram firmadas com outras empresas, cujo documento fiscal ainda não tenha sido recebido. (b) Remunerações Refere-se à provisões trabalhistas referentes aos benefícios dos colaboradores que incorreram cujo documento fiscal ainda não tenha sido recebido. (c) PLR/Bônus Refere-se a Participação nos Lucros e Resultados -PLR que foi acordado em convenção coletiva e a bonificação que será paga no cumprimento das metas. (d) Banco de Horas Refere-se as horas adicionais trabalhadas pelos colaboradores. Acumula-se as horas no banco por quatro meses e, após esse período, o saldo é efetivamente pago. (e) Comissão Refere-se à comissões de vendas no momento do reconhecimento da receita conforme política comercial. Estorna-se as provisões da comissão quando o cliente realiza o pagamento, tornando assim uma despesa efetiva. **19. Provisão para Contingências e Depósitos Judiciais** A Companhia e suas controladas é parte em ações judiciais e processos administrativos perante alguns tribunais, decorrente do curso normal de operações envolvendo questões tributárias, trabalhistas e outros assuntos. Em 31/12/2017, baseado na opinião dos assessores jurídicos, a Companhia e suas controladas possuem processos com probabilidade de perda provável no montante de R$43 mil. Há apenas um processo no montante de R$60 mil cuja probabilidade de perda é possivel. Controladora e consolidado:

Descrição	Trabalhista	Total
Saldo inicial 2016	171	171
Novos processos	-	-
Baixas	(128)	(128)
Saldo final 2017	43	43

continua...

...continuação A seguir temos a composição dos depósitos judiciais por natureza:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**
Tributária	12	11	43	39
	12	**11**	**43**	**39**

20. Patrimônio líquido (a) Capital social Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30/04/2017 houve o aumento do capital social sem a emissão de novas ações no montante de R$ 2.213 por meio da incorporação de R$ 1.275 referente a Juros sobre Capital Próprio e R$ 938 referente a dividendos disponíveis a distribuição. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27/12/2017 houve aumento de capital de R$ 3.209.630, mediante a emissão de 320.963 novas ações preferenciais nominativas, sem valor nominal, sendo (i) 303.319 ações preferenciais classe B; e (ii) 17.644 ações preferenciais classe C. Em 2016 o Capital Social da Companhia era de R$ 20.000, composto por 1.010.024 de ações, sendo 1.000.024 de ações ordinárias e 10.000 ações preferenciais tipo A, todas nominativas sem valor nominal. Em 31/12/2017 o Capital Social é de R$ 25.423, composto por 1.349.746 de ações, sendo 1.000.024 de ações ordinárias, 309.319 ações preferenciais tipo B, 21.644 ações preferenciais tipo C todas nominativas sem valor nominal. As ações tipo B e C foram subscritas e serão integralizadas em até 5 anos. **(b) Direito das ações** Cada ação ordinária dará direito a 1 voto nas deliberações das Assembleias Gerais. Cada ação preferencial (Classe A ou B ou C) dará ao seu titular o direito de ser convocado e comparecer nas Assembleias da Companhia. As Ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Os acionistas têm direito de preferência, na proporção de suas respectivas participações, na subscrição de ações, que pode ser exercido no prazo legal de 30 dias. A Companhia poderá emitir ações preferenciais classe A, nominativas, sem valor nominal, sem direito de voto, não estarão sujeitas ao direito de preferência dos demais acionistas e serão destinadas ao Plano de Opção de Compra de Ações, devendo ser alocadas aos empregados e administradores da Companhia, conforme instrumento específico a ser oportunamente firmado com o respectivo empregado ou administrador para esta finalidade, nos termos do Plano de Opção de Compra de Ações. A Companhia poderá emitir ações preferenciais classe B, nominativas, sem valor nominal, sem direito de voto, as quais terão como vantagem: (i) a prioridade no reembolso do capital em caso de liquidação da Companhia; e (ii) a possibilidade de conversão em ações ordinárias, na proporção de 1 ação preferencial classe B para 1 ação ordinária, após 180 dias da data de emissão. A Companhia poderá emitir ações preferenciais classe C, nominativas, sem valor nominal, sem direito de voto, as quais terão como vantagem: (i) a prioridade no reembolso do capital em caso de liquidação da Companhia; e (ii) a possibilidade de, após as respectivas integralizações e à medida que forem integralizadas, serem convertidas em ações ordinárias, na proporção de 1 (uma) ação preferencial classe C para 1 (uma) ação ordinária, exceto se houver Oferta Pública Inicial ou se houver mudança de controle, quando a conversibilidade será antecipada, e desde que o saldo a integralizar, se existente, seja totalmente integralizado previamente à conversão. **(c) Destinação do lucro líquido** O lucro líquido do exercício, apurado em conformidade com os termos do artigo 191 da Lei n° 6.404, de 15/12/1976, terá a destinação decidida pelos acionistas reunidos em assembleia que observarão: (i) 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social, (ii) 25% para a distribuição aos acionistas, como dividendos mínimos obrigatórios, e por proposta da Diretoria em Assembleia geral, poderá creditar ou pagar juros aos acionistas, a título de capital próprio, (iii) reserva estatutária de investimento e de capital de giro que será formada com até 75% do lucro do exercício não podendo esta ultrapassar o valor do capital social, e (iv) retido na forma prevista em orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral Ordinária será destinado como dividendo suplementar aos acionistas.

	Consolidado	
Descrição	**2017**	**2016**
Lucro líquido do exercício apurado	1.968	6.157
(-) Reserva legal (5%)	(98)	(308)
(-) Juros sobre o capital próprio	(850)	(1.275)
(-) Distribuição de dividendos antecipados	-	
(-) Dividendos mínimos obrigatórios	(264)	
Percentual de dividendos		
(+) Juros sobre o capital próprio	850	1.275
(+) Distribuição de dividendos	-	264
Total de dividendos distribuídos	**850**	**1.539**
% de dividendos	**43%**	**25%**

(d) Remuneração dos administradores Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30/04/2017, os acionistas fixaram uma remuneração anual e global aos administradores no montante de R$ 2.295. **(e) Outros assuntos estatutários (Distribuição dos lucros acumulados)** A administração da Companhia submeterá a aprovação das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias as seguintes decisões sobre o saldo de lucros acumulados: • Reserva estatutária de investimento e de capital de giro, no valor de R$ 1.020, que tem por finalidade assegurar investimentos em operações e acréscimo do capital de giro, até mesmo mediante amortização de dívidas da Companhia. • Distribuição de Juros sobre Capital Próprio (JCP) no valor de R$850; • Constituição de Reserva Legal no valor de R$ 98; • Não será distribuído dividendos uma vez que o JCP já é um valor superior ao valor mínimo obrigatório de 25%. A utilização de R$ 850 mil referente ao pagamento de Juros sobre Capital Próprio, deliberado em Assembleia Geral Extraordinária em 27/12/2017, será utilizados pela Companhia para o aumento do Capital Social, uma vez que a Companhia está em crescimento, e é de interesse dos acionistas o reinvestimento na empresa. **21. Partes Relacionadas** A Companha possui interesse em investir em empresas de tecnologia para a criação de produtos inovadores. A tabela abaixo apresenta toda a remuneração dos acionistas administradores:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**
Remuneração do pessoal chave da administração	2.083	3.382	2.083	4.428
	2.083	**3.382**	**2.083**	**4.428**

22. Receita Operacional Líquida Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração do resultado do exercício:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**
Receita bruta de prestação de serviços	125.040	96.558	142.627	113.656
(-) Deduções				
Impostos sobre serviços (PIS, COFIS e ISS)	(7.081)	(5.841)	(7.089)	(5.898)
INSS desoneração	(5.627)	(4.073)	(5.626)	(4.115)
	112.332	**86.644**	**129.912**	**103.643**

23. Custos dos Serviços Prestados

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**
Com pessoal	(83.786)	(59.399)	(96.452)	(62.820)
Depreciação e amortização	(171)	(151)	(227)	(202)
Despesas com viagens	(1.143)	(634)	(1.252)	(643)
Serviços de terceiros (a)	(3.351)	(2.080)		(2.099)
Outros	(28)	(234)	(49)	(247)
	(88.479)	**(62.498)**	**(101.494)**	**(66.011)**

(a) Os custos com serviços de terceiros não se referem a subcontratação de mão de obra, mas referem-se principalmente a serviços de contratação de manutenção de software que é utilizado como ferramenta na prestação de serviço. **24. Despesas Gerais e Administrativas**

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**
Despesas com pessoal	(9.718)	(9.213)	(11.278)	(17.392)
Depreciação e amortização	(1.616)	(1.117)	(1.866)	(1.188)
Eventos e confraternizações	(798)	(197)	(832)	(214)
Comissão	(475)	(761)	(795)	(761)
Despesas com serviços de terceiros	(5.523)	(3.089)	(5.398)	(5.233)
Despesas com locações e condomínio	(1.499)	(1.252)	(1.840)	(1.802)
Telefonia e material e consumo	(1.299)	(567)	(1.398)	(1.027)
Outras	(540)	(1.592)	(743)	(1.664)
	(21.468)	**(17.788)**	**(24.150)**	**(29.281)**

25. Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**
Despesas financeiras				
Juros e multas	(703)	(236)	(714)	(440)
Despesas bancárias	(54)	(243)	(65)	(272)
Outras	(483)	(100)	(494)	(106)
	(1.240)	**(579)**	**(1.273)**	**(818)**
Receitas financeiras				
Rendimentos aplicações financeiras	876	1.060	907	1.073
Outras	48	281	69	285
	924	**1.341**	**976**	**1.358**
Resultado financeiro líquido	**(316)**	**762**	**(297)**	**540**

26. Instrumentos Financeiros Visão Geral A Companhia e suas controladas possui operações com instrumentos financeiros não derivativos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia e suas controladas não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado. A Companhia e suas controladas possui como prática gerir seus riscos existentes de forma conservadora, sendo que esta prática possui como principal objetivo preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da alta administração são: • Risco de crédito; e • Risco de liquidez A Companhia e suas controladas não reconhece que exista um risco nos empréstimo, visto que todas as taxas de empréstimos são indexadas a TJLP e a Selic, e os demais financiamentos são contratados a taxas pré-fixadas. A Companhia e suas controladas também não entende que existem riscos cambiais relevantes, conforme quadro, pois as operações da Inmetrics Chile e Inmetrics Colombia são auto-suficientes e as obrigações, assim como as origens de recursos, são em quase sua totalidade na moeda local.

Operação	Saldo em 31/12/2017	Risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Investimento do Chile	7.541	Desvalorização Peso Chileno	0,005449	0,005752	0,006090
			(377)	**(754)**	**(1.131)**

Risco de crédito Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise da situação financeira e patrimonial de seus clientes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas não possuem provisão para perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa (PECLD). No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições de baixo risco avaliadas por agências de rating. Os valores contábeis dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. Os saldos apresentados em caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras são concentrados em instituições financeiras consideradas pelo mercado como sendo de primeira linha, são elas: Banco Itaú e Banco Santander. No geral, a Administração entende que não há risco de crédito significativo ao qual a Companhia e controladas estejam exposta, considerando-se as características das contrapartes, níveis de concentração e relevância dos valores em relação ao faturamento. **Risco de liquidez** O risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas possam eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas no gerenciamento do risco de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas trabalham alinhando a disponibilidade e a geração de caixa de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados. A seguir são apresentadas as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros por data de vencimento. **Controladora:**

Em 31/12/2017	**Valor contábil**	**Até 1 ano**	**1 - 2 anos**	**2 - 5 anos**
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	41	41	-	-
Aplicações financeiras	11.259	11.259	-	-
Contas a receber de clientes	7.860	7.860	-	-
Empréstimos a receber e SCP	12.220	5.000	2.085	5.135
Passivos				
Fornecedores	(675)	(675)	-	-
Empréstimos e financiamentos	(8.687)	(1.497)	(2.267)	(4.923)
Contas a pagar	(185)	(185)	-	-
Posição líquida	**21.833**	**21.803**	**(182)**	**212**
Em 31/12/2016	**Valor contábil**	**Até 1 ano**	**1 - 2 anos**	**2 - 5 anos**
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	99	99	-	-
Aplicações financeiras	8.987	8.987	-	-
Contas a receber de clientes	15.390	15.390	-	-
Passivos				
Fornecedores	(1.000)	(1.000)	-	-
Empréstimos e financiamentos	(3.066)	(2.582)	(440)	(44)
Contas a pagar	(107)	(107)	-	-
Posição líquida	**20.303**	**20.787**	**(440)**	**(44)**

Consolidado:

Em 31 de dezembro de 2017	**Valor contábil**	**Até 1 ano**	**1 - 2 anos**	**2 - 5 anos**
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	423	423		
Aplicações financeiras	11.873	11.873		
Contas a receber de clientes	12.781	12.781		
Empréstimos a receber e SCP	11.647	8.398	1.512	5.135
Passivos				
Fornecedores	(768)	(768)	-	-
Empréstimos e financiamentos	(8.738)	(1.548)	(2.267)	(4.923)
Contas a pagar	(185)	(185)	-	-
Posição líquida	**27.033**	**27.576**	**(755)**	**(212)**
Em 31 de dezembro de 2016	**Valor contábil**	**Até 1 ano**	**1 - 2 anos**	**2 - 5 anos**
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	1.555	1.555	-	-
Aplicações financeiras	9.751	9.751	-	-
Contas a receber de clientes	16.924	16.924	-	-
Passivos				
Fornecedores	(1.057)	(1.057)	-	-
Empréstimos e financiamentos	(3.073)	(2.589)	(440)	(44)
Contas a pagar	(129)	(129)	-	-
Posição líquida	**23.971**	**24.455**	**(400)**	**(44)**

Classificação dos instrumentos financeiros A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas em 31/12/2017. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo:

	Controlada		Consolidada	
Descrição	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**
Ativos				
Valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	11.259	8.987	11.873	9.751
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalente de caixa	41	99	423	1.555
Contas a receber de clientes	7.860	15.390	12.781	16.924
Empréstimo a receber e e SCP	12.220	-	11.647	-
TOTAL	**31.380**	**24.476**	**36.724**	**28.230**
Passivos				
Pelo custo amortizado				
Fornecedores	675	1.000	768	1.057
Empréstimos e financiamentos	8.687	3.066	8.738	3.073
Credores por aquisição de investimentos		-		11
Contas a pagar	185	107	185	129
TOTAL	**9.547**	**4.173**	**9.691**	**4.270**

Hierarquia do valor justo Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Diretoria

Pablo Albino Cavalcanti - Diretor Presidente
Rafael Neder Gatti - Diretor Financeiro

Contadora

Bruna de Oliveira Tavares da Silva - CRC 1SP269276/O-1

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e aos Diretores da Inmetrics S/A Barueri - SP Opinião Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Inmetrics S/A ("Inmetrics" ou "Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Inmetrics S/A em 31/12/2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controlas continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de Abril de 2018

KPMG Assurance Services Ltda.
CRC 2SP023228/O-4
Mateus de Lima Soares
Contador CRC RJ-079681/O-0